

## COMITÊS POPULARES DEMOCRÁTICOS:

a interação entre os comunistas e a “plebe” em Salvador (1945-1946)

RAQUEL OLIVEIRA SILVA\*

Este texto possui o objetivo de conferir a maneira pela qual os Comitês Populares Democráticos do Partido Comunista do Brasil (PCB)<sup>1</sup> foram utilizados pela população dos bairros de Salvador. Para tanto, será feito um levantamento das reivindicações mais freqüentes feitas pelos Comitês, buscando descobrir quais eram as demandas de maior recorrência da população da capital baiana, num contexto de pós-guerra e de redemocratização.

### A história de baixo para cima

Segundo Hobsbawm<sup>2</sup>, até o final do século XIX, as classes populares (ou plebe, no dizer de Thompson) raramente eram mencionadas pela historiografia. Os termos das relações políticas eram dispostos de tal forma que as atividades dos pobres normalmente não ameaçavam a ordem social. Em certo sentido, as pessoas comuns estavam fora do universo político, e este estava fora do universo popular. Assim, a história dos movimentos populares torna-se relevante ao tipo de história, ou parte dela, que tradicionalmente era escrita – a história das principais decisões e acontecimentos políticos – apenas a partir do momento em que as pessoas comuns se tornam um fator constante na concretização de tais decisões e acontecimentos<sup>3</sup>.

A história das pessoas comuns como campo específico de estudo, portanto, começa com a dos movimentos de massa do século XVIII, especialmente os trabalhos de autores que se debruçaram sobre a Revolução Francesa, dentre os quais podemos

---

\* Mestranda em História Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão (FAPESB).

<sup>1</sup> O Partido Comunista ao qual nos referimos neste trabalho é de tendência soviética e denominava-se Partido Comunista do Brasil (PCB). Mais tarde, passaria a se chamar Partido Comunista Brasileiro, mantendo a sigla PCB. Na década de 1960, o partido sofre uma divisão e surge então a agremiação de linha maoísta, com o título de Partido Comunista do Brasil e a sigla PC do B (SPINDEL, 1980, p.17).

<sup>2</sup> HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

<sup>3</sup> Id., *Ibid.*, p.218.

citar Georges Lefebvre. Mas o campo começou realmente a florescer em outros países além da França apenas após a Segunda Guerra Mundial. No caso particular do meu objeto de pesquisa, os estudos dos movimentos sociais influenciados pela ação das esquerdas prosseguem em seu desenvolvimento. De acordo com Ferreira<sup>4</sup>, um fator condicionante de boa parte dos estudos sobre a história das esquerdas é a influência que as sucessivas conjunturas políticas têm exercido nessa produção. Como ponto de partida, foram realizados os primeiros estudos acadêmicos sobre os anarquistas e os comunistas na sociedade e na política brasileiras da Primeira República, a partir dos trabalhos empreendidos por brasilianistas norte-americanos como John Foster Dulles e Ronald Chilcote no início dos anos 1970, “estudos estes diretamente influenciados pelo interesse do governo e de certas fundações latino-americanas e brasileiras em consequência do impacto provocado pela revolução cubana”<sup>5</sup>. No início dos anos 1980, a retomada dos movimentos grevistas, protagonizados pelo operariado brasileiro no contexto do isolamento político e enfraquecimento relativo do regime militar, estimulou estudos sobre as origens da classe operária e do movimento sindical em nosso país. A este respeito, a observação do caso baiano pode fornecer alguns exemplos, como a dissertação de Maria Victoria Espiñeira Gonzalez sobre a atuação dos comunistas junto aos movimentos associativos urbanos, defendida em 1991 e publicada em 1997. Nesse trabalho, a autora enfoca a ação dos comunistas em duas diferentes conjunturas de transição, o PCB da década de 1940 e o PC do B nos anos 1980, oferecendo elementos para uma análise comparativa do desempenho de ambos os partidos junto às classes populares de Salvador em duas épocas históricas distintas.

Já a minha pesquisa tem como objetivo compreender os Comitês Populares Democráticos em Salvador enquanto componentes da política de massas do PCB, nos anos de 1945 e 1946. Neste texto, proponho a análise de um aspecto específico da minha investigação, a saber, a interação dos comunistas com a população soteropolitana, no caso específico dos Comitês Populares, por meio da luta por reivindicações imediatas de interesse de melhoria de vida dos bairros e grupos envolvidos. Logo, procuro situar nas próximas linhas a instalação e disseminação dos

---

<sup>4</sup> FERREIRA, Muniz. “A história política da esquerda baiana: uma história em construção”. [http://www.uesb.br/politeia/v4/artigo\\_05.pdf](http://www.uesb.br/politeia/v4/artigo_05.pdf). Acessado em 23/05/2009.

<sup>5</sup> Id., Ibid, s/p.

Comitês Populares Democráticos nos bairros de Salvador naquele contexto de pós-guerra, com especial atenção para suas reivindicações mais comuns, buscando perceber de que maneira a população dos bairros soteropolitanos compreendia quais das suas necessidades como as de maior urgência. Para tanto, julgo necessário realizar uma breve retrospectiva de experiências de movimentos sociais e associativismo popular em Salvador, anteriores aos Comitês Populares Democráticos e a partir da Primeira República.

### **A plebe em ação**

Segundo Mário Augusto da Silva Santos<sup>6</sup>, atendo-se especificamente aos movimentos de trabalhadores da capital baiana, estes se articulavam, durante a Primeira República, a certas condições: insignificância numérica de mão de obra fabril e sua baixa concentração; dispersão dos trabalhadores industriais em geral por pequenos estabelecimentos, onde predominavam o sistema artesanal de produção e o labor familiar; e a hipertrofia de um terciário representado por muitas atividades não profissionalizadas, disseminadas pelo conjunto da população. Em Salvador, a evolução das associações profissionais parece ter seguido, mais ou menos, a regra geral observada em outros centros do Brasil e do mundo: sociedades de socorro mútuo, ligas, sociedades de resistência (sindicatos), uniões ou federações. Esta foi a ordem cronológica em que apareceram, passando a coexistir os diferentes tipos.

Por trás da trajetória das associações e das greves, houve a influência das idéias e organizações socialistas, anarquistas e comunistas. Os conselheiros municipais Manuel Querino e Prediliano Pitta diziam-se “socialistas”, sendo, de acordo com Santos, o “socialismo” de Pitta uma “amálgama de igualitarismo, socialismo utópico, socialismo de Estado, socialismo cristão e práticas cooperativistas”<sup>7</sup>. Já a articulação anarquista aparece na greve generalizada de junho de 1919 e se estendeu até 1921, quando Agripino Nazaré foi deportado pelo governo do estado. Em 1920, Nazaré criou

---

<sup>6</sup> SANTOS, Mário Augusto da Silva. *A República do povo: sobrevivência e tensão. Salvador (1890-1930)*. Salvador: EDUFBA, 2001, pp.103-4.

<sup>7</sup> Id. *Ibid.*, p.119.

o Partido Socialista Baiano, o qual, ainda no entendimento de Santos, não deve ter tido uma penetração muito extensa nos meios trabalhadores de Salvador devido ao “peleguismo” existente no Centro Operário e outras associações. Em 1925, fundou-se o Partido Socialista Brasileiro, que desapareceu após o fracasso nas eleições de 1927. A respeito do Partido Comunista, este não contou com qualquer representação baiana em sua formação, em 1922. A primeira referência da propagação do comunismo na Bahia data de 1927, porém foi verificada a ampliação de simpatizantes do Partido Comunista em Salvador apenas em 1929, quando a Associação Tipográfica enviou representante ao Congresso Operário daquele ano, dominado pelos comunistas, e mostrou-se solidária com a greve dos gráficos de São Paulo.

Além disso, de acordo com a investigação de Santos, o movimento de trabalhadores de Salvador teria se apresentado vulnerável perante a sociedade global e, especialmente, perante os donos do poder, havendo sido utilizado inclusive pela política dominante, o que era próprio do controle oligárquico da época. Um exemplo desse uso dos movimentos populares pela classe dominante aparece na trajetória de Cosme de Farias, que atuou como mediador entre opressores e oprimidos, “mediação necessária ao regime para fluir com relativa tranquilidade”<sup>8</sup>. Em 1913, Cosme de Farias esteve à frente do Comitê Popular Contra a Carestia de Vida, movimento que, apesar de alguns momentos de exaltação, terminou dominado por uma linha moderada encarnada pelo próprio Farias. De acordo com Santos, a atuação de “líderes do proletariado” como esse personagem serviu apenas para entorpecer o movimento de trabalhadores, porque esses líderes não ultrapassavam os limites traçados pelo interesse de se fazerem candidatos das chapas oficiais e pelo reformismo hesitante, facilmente associável ao mando oligárquico. Essa era uma das formas pelas quais os governos tentavam obter controle sobre movimentos operários. Na visão do referido autor, os detentores do poder temiam os excessos dos protestos, as aglomerações, as multidões. O nível de consciência dessas classes populares não ia além da exigência de coibição dos abusos nos preços, de acidentes episódicos envolvendo os bondes da Companhia Linha Circular; não ia além de reivindicar contra aspectos mais abusivos do sistema, sem nunca contestá-lo como um todo. Veremos adiante que essa postura adotada pela plebe não foi exclusiva da época da Primeira República, mas continuou se fazendo presente durante a década de

---

<sup>8</sup> Id. Ibid., p.130.

1940, época marcante para a história das mobilizações populares no Brasil. Antes de terminar a Segunda Guerra, “a luta contra a carestia havia conseguido uma forte mobilização das mulheres brasileiras, o que vai se desdobrar nos anos seguintes”<sup>9</sup>. Os Comitês Populares Democráticos foram elementos importantes nesse processo.

### **Comitês Populares Democráticos**

Implantados numa conjuntura de redemocratização, com o fim do Estado Novo, esses comitês ou comissões tinham como objetivo a ligação das massas com os comunistas, através de um programa de apoio às reivindicações populares, fora de organismos como os sindicatos. Além desse enfoque na luta por interesses de melhoria de vida nos bairros, os Comitês Democráticos também visavam a mobilização popular pela convocação da Constituinte, por manifestações antifascistas e anti-integralistas e em campanhas de alistamento eleitoral. Havia Comitês Populares Democráticos espalhados por todo o Brasil, inclusive na Bahia, abrangendo capital e interior. Em junho de 1945 já existiam inúmeros desses organismos em Salvador, como os dos bairros da Liberdade, Santo Antonio, Pelourinho, Itapagipe, Sete Portas, entre outros.

Àquela época, o PCB vivia uma fase de prestígio. A anistia geral aos presos políticos do Estado Novo, em abril de 1945, e o novo código eleitoral, de maio, haviam permitido ao Partido Comunista ressurgir como força política. A nova atmosfera era simbolizada pelo reconhecimento da União Soviética, por parte de Getúlio Vargas, também em abril de 1945. Com a anistia, o secretário geral do PCB, Luís Carlos Prestes, junto com seus companheiros, é posto em liberdade depois de nove anos de prisão. Poucos dias após a anistia, Vargas concede legalidade ao partido, passados vinte e três anos de clandestinidade. Todas essas mudanças proporcionaram o arcabouço legal para a reorganização do PCB.

Nessa sua fase de rearticulação, o Partido Comunista teve o seu núcleo mais forte na Bahia. Apesar das difíceis condições de atuação, o Comitê Regional do referido Estado contou com uma estrutura de organização que envolvia várias células estudantis

---

<sup>9</sup> ESPIÑEIRA GONZALEZ, Maria Victoria. *O Partido, a Igreja e o Estado nas associações de bairros de Salvador*. Salvador: EDUFBA, Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 1997, p. 27.

e operárias. Na campanha pela redemocratização, a Bahia assumiu uma posição de destaque, constituindo uma Frente Democrática composta de estudantes, intelectuais, representantes dos trabalhadores e da pequena burguesia local, com participação significativa de militantes do PCB baiano, provocando um amplo movimento de massas. Embora não assumissem sua posição ideológica, devido à clandestinidade em que se encontrava o PCB durante o Estado Novo, os comunistas baianos “incentivaram manifestações contra o nazifascismo e pela participação efetiva do Brasil na guerra, ao lado dos aliados”<sup>10</sup>. Quando do afundamento de cinco navios brasileiros por submarinos alemães, no começo de 1942, de acordo com João Falcão, “partiu da Bahia o primeiro grito de revolta contra o nazismo”<sup>11</sup>. Uma onda de revolta espalhou-se por toda a cidade de Salvador, traduzindo-se em manifestações populares, nas passeatas e comícios que reuniam milhares de pessoas. O povo foi às ruas demonstrar sua repulsa contra os agressores, tendo à frente os comunistas. Enfrentando a chuva e muitas vezes a polícia, o povo baiano permanecia nas ruas gritando pela entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, revelando um forte sentimento antigovernista no seio da opinião pública, pois era conhecida a simpatia do governo do Estado Novo pela Alemanha<sup>12</sup>. Esse sentimento de indignação logo se disseminou por todo o país e, aliado à derrota do nazifascismo no plano internacional, foi fundamental para a redemocratização do Brasil, tendo a Bahia como um dos seus principais eixos. Com a anistia e o registro definitivo do PCB no Tribunal Superior Eleitoral, os comunistas queriam agora assegurar o seu espaço político legal e participar das eleições. Para tanto, jogavam toda a sua capacidade de mobilização na organização popular e na construção das bases do partido. Assim sendo, o PCB dirigiu seus esforços maiores a um programa que beneficiava a criação de organismos que agregassem a classe trabalhadora, a exemplo dos Comitês Populares Democráticos<sup>13</sup>.

No intuito de organizar a população nos bairros em prol da luta por suas necessidades imediatas, as Comissões Democráticas, na Bahia, se propunham a

---

<sup>10</sup> SERRA, Sônia. *O Momento: história de um jornal militante*. Salvador: UFBA (Dissertação de Mestrado), 1987, p.17.

<sup>11</sup> FALCÃO, João. *O Partido Comunista que eu conheci: 20 anos de clandestinidade*. Salvador: Contexto e Arte, 2000.

<sup>12</sup> Id., *Ibid.*, p. 207.

<sup>13</sup> VAZQUEZ, Petilda Serva. *Intervalo democrático e sindicalismo: Bahia (1942-1947)*. Salvador: UFBA (Dissertação de Mestrado), 1986, p.81.

desempenhar um oportuno papel. Segundo Erivaldo Fagundes Neves<sup>14</sup>, a conjuntura econômica do Estado, em meados da década de 1940, era de crise. Se a Bahia dispunha na época de lideranças políticas de prestígio nacional, integrantes dos blocos de poder, uma burguesia comercial e agrária de certo peso, intelectuais de renome, com alguma vida social e cultural, era na verdade em seu conjunto um Estado pobre<sup>15</sup>. Mesmo na capital, a maior parte da população recebia salários muito baixos ou nem regularmente assalariados eram. O povo comia mal, pois a alimentação era cara; morava mal, em habitações precárias e insuficientes e se locomovia mal nos superlotados e mal conservados bondes da americana Companhia Linha Circular. Para Maria Victoria Espiñeira, o pós-guerra vem para agravar esses problemas, “que até então estavam encobertos pela atuação do regime de força do Estado Novo”<sup>16</sup>, embora tenha dado liberdade para a população pobre expressar publicamente os seus problemas, com o fim da ditadura varguista. A fim de amenizar todo esse sofrimento, além de rezar, trabalhar e festejar, o povo também lutava. Atendia aos apelos dos comícios, das passeatas, das greves, muitas vezes promovidos pelos comunistas, bem como os do futebol, do carnaval, do candomblé, das missas e festas religiosas, sendo estas manifestações da cultura popular que também contavam com o apoio e o envolvimento dos militantes e simpatizantes do PCB.

Assim, convém perguntar sobre que Salvador os comunistas pretendiam instalar organismos da natureza dos Comitês Populares Democráticos. Como eram as condições de vida na capital baiana? Quais as principais queixas de sua população? Quais seriam as reivindicações mais recorrentes feitas através dos Comitês? Vou me debruçar sobre essas questões nas próximas linhas.

### **Comitês Populares e a população dos bairros**

Em seu texto sobre a festa negra na Bahia no século XIX, João Reis<sup>17</sup> relata a dificuldade de saber como os negros percebiam e significavam o que se passava em suas

---

<sup>14</sup> NEVES, Erivaldo Fagundes. *Invasões em Salvador: um Movimento de Conquista do Espaço para Morar (1946-1950)*. São Paulo: PUC (Dissertação de Mestrado), 1985.

<sup>15</sup> SERRA, op.cit., p.26.

<sup>16</sup> ESPÍNEIRA GONZALEZ, op.cit., p.28.

<sup>17</sup> REIS, João. “Tambores e temores; a festa negra na Bahia na primeira metade do século XIX”. In:

celebrações, devido à escassez de fontes que traduzem diretamente a sua visão de mundo. É mais fácil saber o que se passava na cabeça dos que detinham o poder de denunciar, reprimir ou permitir. A história da festa negra chega assim pela pena de policiais, religiosos, jornalistas, governantes. Portanto, “como pouco sabemos do que sabiam os negros sobre seus modos de celebrar, terminamos por importar para nosso tempo a confusão dos brancos daquele tempo”<sup>18</sup>. Reconheço que me defronto com um desafio semelhante, pois também não disponho de documentação que reflita diretamente os sentimentos e inquietações dos populares que se interessaram em participar dos Comitês Democráticos. Possuo, na verdade, relatos de reivindicações populares que aparecem na grande imprensa e, sobretudo, na imprensa comunista, além de alguns depoimentos orais de militantes pecebistas da época, sem esquecer a bibliografia já existente sobre o assunto, à qual recorro. Assim, resta-me como alternativa conhecer as reivindicações populares a partir do crivo dos comunistas, de modo a perceber as necessidades do povo segundo o PCB. Será esse, pois, o enfoque adotado na minha pesquisa.

Para Maria Victoria Espiñeira<sup>19</sup>, os Comitês Populares Democráticos podem ser interpretados como um desdobramento político das agremiações ou associações recreativas já existentes, e em realidade eram células do Partido atuando nos bairros em apoio às organizações locais. Carlos Zacarias de Sena Júnior<sup>20</sup> complementa considerando que esses organismos foram criados para que os comunistas modificassem sua imagem de sujeito político unicamente da classe operária; agora pretendiam sê-lo de todo o povo. Os comunistas haviam, então, voltado seu olhar e uma parte dos seus esforços para a construção de um trabalho político diante dos setores populares da sociedade brasileira. Para Sena, dessa maneira o PCB se propunha a desbravar um terreno relativamente novo em sua trajetória política, embora, previamente ao partido, houvesse outros sujeitos políticos atuando junto à população dos bairros, como a Igreja, o associativismo popular, entre outros. Os militantes comunistas procuraram se mostrar

---

CUNHA, MCP. *Carnavais e outras F(r)estas*. Campinas: Unicamp, 2002.

<sup>18</sup> Id., *Ibid.*, pp. 102-3.

<sup>19</sup> ESPÍÑEIRA GONZALEZ, *op.cit.*, p.30.

<sup>20</sup> SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias Figueiroa de. *Os Impasses da Estratégia: os comunistas e os dilemas da União Nacional na revolução (im)possível*. São Paulo: Annablume, 2009.



os defensores mais eficazes das demandas populares nos bairros, especialmente aquelas que diziam respeito ao tema da moradia.

De fato, na habitação, grave problema decorrente da urbanização, eram evidentes as péssimas condições existentes, em especial da usual casa de cômodos. O aumento no número de domicílios era significativo, mas não suficiente para atender a demanda crescente. Segundo o trabalho do BNB/SUDENE, levantado por Freitas <sup>21</sup>, em 1940 havia em Salvador 66,8 mil domicílios, passando para 79,7 mil em 1950, incremento na ordem de 15%. Um reflexo do problema habitacional residia nas invasões que cresciam. Raquel Mattedi, em estudo sobre a questão habitacional em Salvador, também citada por Freitas, enfocou a importância que assumiram na história da cidade, no seu processo de urbanização, as invasões. Estas teriam se construído como alternativa mais viável, ao lado da ocupação de avenidas e bairros pobres tradicionais, para a população de baixa renda que se avolumava na cidade de Salvador. Segundo Freitas, Mattedi observou também que nas invasões que se efetivaram nas décadas de 40 e 50 estavam presentes, como moradores, pequenos funcionários públicos e operários, pela impossibilidade de concorrerem ao mercado capitalista de habitação, em função dos baixos rendimentos auferidos. No dia 10/04/1946, o jornal *O Momento* noticiou a abertura, pela Caixa Econômica Federal, de uma concorrência para venda de terrenos de sua propriedade, situados na Roça do Lobo, região do bairro dos Barris, em Salvador. De acordo com *O Momento*, em seu edital de concorrência, a Caixa Econômica Federal não se responsabilizou por qualquer indenização aos moradores e foreiros, estabelecidos sobre os referidos terrenos. O Comitê Democrático dos Barris, ainda segundo o periódico comunista, saiu em defesa dos prejudicados, “em sua maioria pobres trabalhadores” <sup>22</sup>. Um sargento, morador do Largo do Bomba, cujas casas estavam ameaçadas de desapropriação, assim resumiu o quadro:

Primitivamente, os terrenos eram do Estado. No governo Juracy Magalhães foram vendidos à Caixa Econômica. Ninguém conhece os detalhes da negociata, mas parece que a escritura dizia que as terras eram desabitadas. Isso não é verdade. Existem casas construídas há

---

<sup>21</sup> FREITAS, Miriam Tereza M. G. *Populismo e carestia (1951-1954)*. Salvador: UFBA (Dissertação de Mestrado), 1985.

<sup>22</sup> *O Momento*, 10/04/1946. BPEB, Setor: Periódicos Raros, Acervo: Jornais.

mais de 40 anos. Aqui tudo era mato. O povo é que fez todas as ruas e casas. Além disso, há casas que têm escrituras passadas pela Prefeitura. Eu não entrego a minha casa. O material com que ela foi feita, foi comprado a prestações. (...) Carreguei tudo nas costas. Esta casa é meu sangue, o sangue dos meus filhos. Não saio daqui de forma nenhuma. (...) Só há um modo de se defender. É a união de todos os moradores que pode resolver o caso. O Comitê vai nos defender da trama da Caixa.<sup>23</sup>

Uma senhora, que morava há 17 anos na Roça do Lobo, também fez seu apelo: “eu não posso perder a minha casa. Estou sempre ao lado do Comitê. (...) O senhor vê essa casinha? É a única que eu tenho. Eu vim para cá porque diziam que o terreno não tinha dono”.<sup>24</sup> Por fim, um funcionário da Secretaria de Segurança cobra do Comitê dos Barris e se preocupa com a grave crise da habitação então em voga:

Os moradores devem entrar em entendimento com as autoridades. O Comitê deve tomar a frente disso. Nós já temos confiança, porque fez alguma coisa pelo povo. Só a união vai resolver a questão das casas que vão ser desapropriadas. Eu não sou proprietário, sou inquilino e pago aluguel. Mas se perder a casa para onde eu vou? Onde é que eu vou achar casa?<sup>25</sup>

Obviamente, tal situação também acarretava problemas de infra-estrutura. Os populares, organizados nos Comitês, muitas vezes reivindicavam para seus bairros instalação de luz elétrica, calçamento das ruas, construção de chafarizes. Em janeiro de 1946, o jornal *O Momento* noticiou as precárias condições estruturais do bairro de Massaranduba, com “buracos no seu chão descalçado e com medonhas, reumáticas casas de barro e zinco se equilibrando em cima de quatro paredes”<sup>26</sup>. Em entrevista a um repórter do periódico, uma moradora do bairro, uma “senhora de baça cor negra”, estava tratando o almoço e foi questionada sobre as cascas de caranguejo, espinhas de

---

<sup>23</sup> Idem.

<sup>24</sup> Idem.

<sup>25</sup> Idem.

<sup>26</sup> *O Momento*, 14/01/1946.

peixe, osso roídos e a água da carne despejados no meio da rua. Aquilo não é nada higiênico, tenta argumentar o repórter, ao que a senhora responde que

o jeito [sic] era fazer lixo na porta de casa, aturando seu cheiro de podre, porque o caminhão de lixo não passa por ali e mesmo que passasse talvez não fosse possível pagar a taxa do seu recolhimento, cobrada pela prefeitura. **Ela não diz isso assim, diretamente [grifo meu].** Apenas sacode as duas mãos enormes, que se balançam, desgovernadas nos longos braços, e resmunga: ‘destino de pobre é sofrer’<sup>27</sup>.

É interessante como o jornalista d’*O Momento* procurou atribuir um significado à fatalista conclusão da moradora de Massaranduba, o que é demonstrado pelo trecho que coloquei em destaque na citação. Parece que o repórter do referido periódico entendeu como necessário esclarecer a senhora e fazê-la compreender<sup>28</sup> os reais motivos daquela situação de precariedade, objetivando que ela abandonasse a idéia de que aquele quadro era resultado de um destino inevitável. O Partido, ao qual *O Momento* era vinculado, mostra-se dessa forma como um componente indispensável à educação política das classes subalternas.

Outro grande problema de Massaranduba era a falta de água. Assim relata o repórter d’*O Momento*:

Há um chafariz, de propriedade da Companhia de Águas e Esgotos. Mulheres flácidas, negras e brancas, com seus rostos ossudos e as barrigas estufadas de mulher parideira, mal alimentada e mal medicada, esperam na porta deste chafariz sob a chuva miúda. O cavalheiro que toma conta desta repartição pública (...) ali se encontra exigindo 10 centavos por duas latas de água, é porque é este o seu emprego. A água não lhe pertence, pertence a uma repartição do governo que lhe paga um ordenado assim; assim para permanecer sentado o dia todo. Mas, mesmo não sendo o dono da água, é severo

---

<sup>27</sup> Idem.

<sup>28</sup> Talvez o objetivo fosse esclarecer não apenas a senhora, mas inclusive os leitores do jornal.

e não transige com ninguém. É fato que a freguezia [sic] é de mulheres na maioria. (...) É comum portanto uma dessas mulheres implorar grátis de água e receber um não, ríspido e autoritário. Não é que o encarregado seja mau, o que não presta é o serviço, a situação de aguadeiro oficial num bairro seco. Uma dessas mulheres diz o seguinte ao repórter: ‘água aqui vale mais que outra coisa. Dez centavos por duas latas se viermos buscar aqui, e trinta centavos na porta. Essa é a tabela. O senhor viu o sr. Fulano negar uma lata de graça mas não é por ruindade, não. Fora daí ele é amigo, é de nós. Mas, que fazer?, empregado é empregado’. (...) A água escorre para a rua, molha o passeio, as mulheres olham esta água perdida com a mesma sentida saudade com que se olha um cadáver, mas não um cadáver qualquer; o cadáver de alguém que seja o esteio de uma família e que morra de repente, sem deixar nada.<sup>29</sup>

Ainda no bairro de Massaranduba, foi entrevistado um morador que comentou sobre as péssimas condições das casas alugadas a elevados preços na Rua Santos Titara. Sob a ação de fortes ventos, as casas caíam e o conserto ficava sob responsabilidade dos inquilinos. Porém, o morador entrevistado acrescenta:

O proprietário disse que são resistentes e se o vento as derruba isso não prova nada: prova que nós somos péssimos inquilinos, que estragam as casas. Portanto, devemos nos convencer de sua resistência e toda vez que uma delas cair, o geito [sic] é construí-la logo, senão é muito pior<sup>30</sup>.

De acordo com o jornal, a este senhor o repórter falou sobre a necessidade de organização do povo, pois que “somente organizados em Comitês Populares Democráticos poderá este mesmo povo lutar pelas suas reivindicações mais sentidas e resolvê-las pacificamente, porém de uma vez por todas”<sup>31</sup>. O morador teria respondido:

---

<sup>29</sup> Idem.

<sup>30</sup> Idem.

<sup>31</sup> Idem.

É possível. Mas o pobre ainda não está muito certo de que pode pedir o que lhe pertence. Toda vez que gritamos nossas dores, mandaram a gente calar a boca com prisões e mal tratos. Mas as coisas estão mudando e Prestes já disse que o povo é quem manda.<sup>32</sup>

Ouvindo-o falar em Prestes, o repórter perguntou ao morador o que ele achava do referido dirigente do PCB, ao que o senhor respondeu: “o que penso eu já disse, moço, e foi com um voto, no dia 2 de dezembro”<sup>33</sup>. Parece evidente nesse trecho o esforço do repórter d’*O Momento* em disseminar entre os moradores de Massaranduba a idéia de formar um Comitê Popular Democrático no local, que agiria não apenas para organizar o povo, mas também no intuito de tornar mais conhecidos entre as classes populares os indivíduos ligados ao PCB. De fato, o resultado das eleições do dia 2 de dezembro de 1945, a que se referiu o morador de Massaranduba, foi bastante favorável ao partido, que elegeu 14 deputados federais e um senador, o próprio Luís Carlos Prestes. A conjuntura de triunfo recente sobre o fascismo, no exterior, baseado numa aliança entre os Estados Unidos e a União Soviética, e da qual o Brasil participara, ajudou a melhorar a reputação do Partido Comunista dentro do país. O partido, portanto, “gozava de prestígio moral de identificação como o povo russo, que havia suportado a agressão nazista na Europa”<sup>34</sup>. Na Bahia, pela legenda do PCB, Carlos Marighella foi eleito deputado federal. É possível que as atividades dos Comitês Populares tenham influenciado nesse resultado, pois Marighella costuma fazer constantes sabatinas nos bairros, visando colher as reivindicações mais sentidas pela população. Afinal, como lembra Pinheiro<sup>35</sup>, na conjuntura política de 1945, o PCB procurou capitalizar a capacidade organizativa e mobilizadora dos comitês populares e convertê-la em poder político, constituindo-se como elemento de influência na arena política nacional. Precisou desenvolver o trabalho de organização popular para garantir o potencial de

---

<sup>32</sup> Idem.

<sup>33</sup> Idem.

<sup>34</sup> SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 87.

<sup>35</sup> PINHEIRO, Marcos César de Oliveira. *O PCB e os Comitês Populares Democráticos da Cidade do Rio de Janeiro (1945-1947)*. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/Programa de Pós-Graduação em História Comparada, 2007, p.38.

intervenção na grande política, mas, ao mesmo tempo, sua atuação no âmbito da pequena política dependia da continuidade do processo de democratização então em curso.

A Companhia Linha Circular também era alvo constante das queixas populares. Freitas afirma que, no mesmo no início dos anos 1950, ainda eram frequentes no jornal *A Tarde* denúncias sobre as precárias condições dos bondes. Segundo o referido periódico, os veículos eram superlotados, lentos e impontuais, não acompanhando o progresso da cidade e destoando de certo dinamismo que o ritmo de vida em Salvador já exibia. No dia 28/06/1946, o jornal *O Momento* noticiou a tragédia de um pai de família que, por falta de espaço, viajou na contramão de um bonde da Companhia e teve a cabeça arrebentada de encontro a um poste. A exigência por escolas também estava entre as principais demandas dos Comitês Populares: o Comitê do Engenho Velho chegou a ter um programa de alfabetização das crianças do bairro.

Além disso, dentre as principais reivindicações, chama atenção a recorrência do problema da carestia de vida, sobretudo em relação aos elevados preços da carne e a prática de adulteração da massa do pão. Freitas explica que, nessa época, a carne era vendida com e sem osso. Em alguns períodos era proibida a desossagem ou limitada a certas partes do boi, ao que se opunham os abatedores. Quando isso era estabelecido, a pressão dos interessados se fazia valer e a decisão acabava sendo modificada com autorização para venda da carne sem osso. Havia, contudo, grande pressão sobre os açougueiros. Os açougues eram responsáveis pela distribuição final da carne. Os açougueiros tinham vínculo com os abatedores, estavam submetidos aos ditames destes, mas não eram de modo geral reconhecidos como empregados. Isto gerava uma série de problemas e queixas por parte dos açougueiros, que estavam a reclamar na Justiça do Trabalho regularização da situação. Entre as queixas mais frequentes dos açougueiros estavam a de que os abatedores não forneciam a carne ao preço compatível com o tabelado, de forma que para eles cumprirem as tabelas eram forçados a cometer irregularidades. Queixavam-se também de desconhecem a quantidade e o tipo de carne que recebiam, do abatedor que não aceitava devolução e de receberem a carne em menor quantidade. Além disso, denunciavam que constava em carteira que recebiam ordenado do abatedor, o que não acontecia na realidade. A revolta dos açougueiros prendia-se também ao fato da política de controle de preços limitar-se à repressão aos

mesmos e chegavam a afirmar: “quem já viu abatedor ser preso? Nós é que comemos xadrez. Eles não, tem prestígio e dinheiro”<sup>36</sup>.

Porém, mesmo estando nessa situação indefinida, o açougueiro era considerado pela população como responsável pelos problemas em torno da compra e venda da carne. Segundo a edição de 21/01/1946 do jornal *O Momento*, os moradores do Tororó, por meio do seu Comitê Popular Democrático, pediram providências contra certo açougueiro domiciliado na Baixa do Amparo, que vendia carne sem osso a uma freguesia privilegiada, não moradora daquele bairro. No sentido de fazer cessar tal abuso, os moradores do Tororó dirigiram uma queixa ao Comissariado de Abastecimento, não havendo, todavia, nenhuma atitude do mesmo para resolver o caso, até então. De fato, como lembra Freitas mais uma vez, o senso comum voltava-se para culpar aqueles com que se defrontava na difícil arte de sobrevivência, e nisto se destacava o gênero que constituía a base da alimentação: a carne. As denúncias de especulação, elevação de preços, câmbio negro, retenção de mercadoria para provocar a alta nos preços e fraudes no peso dos gêneros adquiridos, apareciam constantemente. Principalmente no caso da carne e do pão, a população de Salvador presenciava, de tempos em tempos, a escassez e a elevação exagerada dos preços até que o aumento oficial fosse concedido.

É possível estabelecer uma comparação com a conjuntura estudada por Thompson<sup>37</sup>, a Inglaterra do século XVIII, mais precisamente as relações entre a *gentry* e os trabalhadores pobres, chamados pelo autor inglês de plebeus. Para Thompson, o trabalhador rebela-se contra a opressão cotidiana, mas o sistema como um todo ainda parece indestrutível. Tal situação seria consequência da hegemonia cultural exercida pela *gentry*, que a praticava “tanto mais eficazmente, porque a relação entre dominante e dominado não era em geral face a face, mas indireta. Isso sem contar a ausência dos proprietários de terra e a mediação sempre presente de administradores e intendentess”<sup>38</sup>. Dessa maneira, a *gentry* não era considerada responsável em qualquer sentido direto pelas condições de vida dos trabalhadores pobres. Quando o preço dos alimentos subia, a fúria popular não recaía sobre os proprietários de terra, mas sobre os intermediários,

---

<sup>36</sup> FREITAS, op.cit., p.84.

<sup>37</sup> THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

<sup>38</sup> Id., Ibid., p.46.

os açambarcadores, os moleiros. Bem como na Salvador de meados dos anos 1940, em que a população atribuía aos açougueiros a culpa pelo encarecimento e má qualidade da carne vendida.

Hobsbawm, em sua reflexão sobre a história das classes populares, menciona que, até o final do século XIX, no ramo político da classe dominante, eram raras as referências às massas. Isso por haver uma generalização nas relações entre camponeses e reis ou imperadores, segundo a qual as pessoas comuns, durante o período anterior ao século XIX, “aceitavam sua posição subalterna, e na maioria dos casos limitavam seus esforços, por pequenos que fossem, ao combate dos opressores com quem tinham contato imediato”<sup>39</sup>. Para Thompson, cada elemento da sociedade inglesa do século XVIII forma um conjunto estruturado de relações, em que todos, do Estado às ações diretas da multidão, desempenham papéis intrínsecos a esse sistema, que são os limites do que é política, cultural e intelectualmente possível. Nesse contexto, as cartas anônimas furiosas que saltam das profundezas mais baixas da sociedade blasfemam contra a hegemonia da *gentry*, mas não apresentam nenhuma estratégia para substituí-la. A cultura plebéia fomentava reações à opressão a nível imediato, sem contestar o sistema como um todo. Existem, assim, contestações ao sistema, porém sem ímpetus revolucionários. Contudo, isso não quer dizer que a cultura popular fosse deferente, por fomentar “motins, mas não rebeliões; ações diretas, mas não organizações democráticas”<sup>40</sup>. No caso de Salvador, em 1945, voltar-se contra os açougueiros era a forma da população rebelar-se contra o encarecimento da carne, dentro da sua cultura e da sua lógica interna.

Se Reis entendeu as festas negras do século XIX como contestações ao sistema alternativas ao confronto direto, os comunistas na Salvador de 1945 também devem ter enxergado o potencial rebelde das celebrações do calendário cristão. Os Comitês Populares eram responsáveis por organizar festas nas datas comemorativas, como o Natal nos bairros, nas quais

as crianças pobres receberam os seus presentes nas mãos do próprio povo, diferentemente do que ocorria em anos anteriores, quando

---

<sup>39</sup> HOBBSAWM, op.cit., p.217.

<sup>40</sup> THOMPSON, op.cit., p.62.



senhoras granfinas [sic] se disputavam a primazia e distribuir uns bombons e brinquedos às enormes filas de crianças miseráveis. O povo é que deve fazer as suas festas nos bairros, eliminando, tanto quanto possível, essa caridade humilhante<sup>41</sup>.

Thompson<sup>42</sup> valorizou o papel da representação simbólica na manutenção da hegemonia exercida pela *gentry*. Como diz o autor inglês, era uma espécie de lubrificante social que podia fazer os mecanismos de poder e exploração girar mais suavemente. Os pobres eram frequentemente transformados, pela sua própria índole, em cúmplices de sua opressão: um ano de provisões escassas podia ser compensado por uma generosa doação no Natal. Talvez por isso os comunistas dispensassem a “caridade humilhante” da burguesia, que procurava compensar um ano inteiro de exploração sobre os pobres com irrisórios brindes natalinos. A recusa a esses presentes significa uma revolta simbólica, como queriam os comunistas, contra a condição de subserviência das massas em relação às “granfinas”.

A queima de Judas, para os dirigentes dos Comitês, representou uma catarse contra o integralismo:

Em todos os bairros o povo organizou as suas festas, queimando-se pela cidade inúmeros Judas, simbolizando [sic] com isso a vingança contra os inimigos e traidores da Humanidade. Este ano, Iscariotes já não apareceu na figura de Hitler, como nas “execuções” anteriores, quando o povo justificava o assassino nazista, querendo com isso expressar o seu rancor ao nazifascismo. Outros traidores sucumbiram à força e, entre eles, os chefetes integralistas<sup>43</sup>.

Naquele contexto de legalidade recém-conquistada e com perspectiva de eleições, era uma prioridade dos comunistas dedicarem-se ao trabalho de massas e à construção das bases do partido. Isso incluía a interação dos militantes com a população

---

<sup>41</sup> *O Momento*, 31/12/1945.

<sup>42</sup> Thompson, op.cit., p. 49.

<sup>43</sup> *O Momento*, 21/04/1946.

dos bairros, estando junto a elas não apenas nas reivindicações, mas também nas manifestações da cultura popular. Além disso, é interessante observar o valor contestatório das festas. Hobsbawm<sup>44</sup> afirma que a festa, o ritual coletivo e a diversão coletiva, era a maneira mais conhecida de mobilizar uma comunidade inteira. O ritual, como por exemplo, a queima de Judas, também serve para mobilizar e arregimentar pessoas. Portanto, não considero prudente desprezar essa dimensão simbólica de celebrações como a queima de Judas, pois é evidente que representar o mitológico traidor de Jesus como um integralista significa uma forma alegórica e até didática de os comunistas tentarem estimular na plebe uma revolta contra os partidários de Plínio Salgado.

De modo geral, como lembra Espiñeira<sup>45</sup>, seria uma simplificação muito grande atribuir a responsabilidade pela coordenação dos movimentos de bairro unicamente ao PCB. Sem dúvida, a Segunda Guerra Mundial conferia ao Partido a credibilidade ideológica que precisava para atuar. A derrota do nazifascismo, no plano mundial, e o fim da clandestinidade pesavam a favor, mas não se pode negar a crise habitacional e as insatisfações presentes na classe operária como fatores decisivos. Coube ao PCB assumir a condução do processo, retirando organizações do isolamento, permitindo sua articulação e elevando a finalidade das reivindicações fundadas unicamente em problemas de bairro a questões mais gerais. Por exemplo, consta na pauta de demandas do Comitê Popular Democrático de São Caetano, ao lado de escola, calçamento das ruas, serviço regular de ônibus, “lutar implacavelmente, dentro da ordem e da lei, contra a cabeça de ponte nazi-fascista (o integralismo) inimigo de todas as liberdades democráticas e populares, desmascarando os agentes provocadores e suas manobras”<sup>46</sup>. Assim, minha hipótese é de que os Comitês Populares Democráticos foram fundamentais para a organização daquelas que viriam a se tornar as associações de bairro, difundidas com maior intensidade em Salvador a partir da década de 1950.

---

<sup>44</sup> HOBBSAWM, op.cit.

<sup>45</sup> ESPINEIRA GONZALEZ, op.cit., p. 33.

<sup>46</sup> *O Momento*, 16/07/1945.

## BIBLIOGRAFIA

- ESPIÑEIRA GONZALEZ, Maria Victoria. *O Partido, a Igreja e o Estado nas associações de bairros de Salvador*. Salvador: EDUFBA, Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 1997.
- FALCÃO, João. *O Partido Comunista que eu conheci: 20 anos de clandestinidade*. Salvador: Contexto e Arte, 2000.
- FERREIRA, Muniz. “A história política da esquerda baiana: uma história em construção”. [http://www.uesb.br/politeia/v4/artigo\\_05.pdf](http://www.uesb.br/politeia/v4/artigo_05.pdf). Acessado em 23/05/2009.
- FREITAS, Miriam Tereza M. G. *Populismo e carestia (1951-1954)*. Salvador: UFBA (Dissertação de Mestrado), 1985.
- HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- NEVES, Erivaldo Fagundes. *Invasões em Salvador: um Movimento de Conquista do Espaço para Morar (1946-1950)*. São Paulo: PUC (Dissertação de Mestrado), 1985.
- O Momento*, 1945 a 1946. BPEB, Setor: Periódicos Raros, Acervo: Jornais.
- PINHEIRO, Marcos César de Oliveira. *O PCB e os Comitês Populares Democráticos da Cidade do Rio de Janeiro (1945-1947)*. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/Programa de Pós-Graduação em História Comparada, 2007.
- REIS, João. “Tambores e temores; a festa negra na Bahia na primeira metade do século XIX”. In: CUNHA, MCP. *Carnavais e outras F(r)estas*. Campinas: Unicamp, 2002.
- RODRIGUES, Leôncio. “O PCB: os dirigentes e a organização”. In: FAUSTO, Boris (org.). *O Brasil Republicano: sociedade e política (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991.
- SANTOS, Mário Augusto da Silva. *A República do povo: sobrevivência e tensão. Salvador (1890-1930)*. Salvador: EDUFBA, 2001.
- SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias Figueiroa de. *Os Impasses da Estratégia: os comunistas e os dilemas da União Nacional na revolução (im)possível*. São Paulo: Annablume, 2009.
- SERRA, Sônia. *O Momento: história de um jornal militante*. Salvador: UFBA (Dissertação de Mestrado), 1987.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SPINDEL, Arnaldo. *O Partido Comunista na Gênese do Populismo*. São Paulo: Símbolo, 1980.

THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

VAZQUEZ, Petilda Serva. *Intervalo democrático e sindicalismo: Bahia (1942-1947)*. Salvador: UFBA (Dissertação de Mestrado), 1986.